

# **Práticas educacionais dos ciganos Calons do bairro São Gabriel em Belo Horizonte<sup>1</sup>**

Silvia Gomes Pêgo (PUC Minas)<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A pesquisa, de inspiração etnográfica, se propôs a examinar as práticas educacionais da comunidade Calon que se encontra no bairro São Gabriel em Belo Horizonte. O estudo tem por objetivo identificar as práticas educacionais, manifestas nos hábitos e costumes da comunidade cigana supracitada, e compreender como são instituídas e suas relações, ou não, com as práticas educacionais da escola formal. Para tal, fez-se necessário contextualizar historicamente a etnia cigana em termos gerais, examinar, dentro do possível, as informações sobre sua origem, a complexa diversidade cultural e a intrínseca conexão entre identidade e educação observada entre eles, provenientes de artigos, dissertações e teses acadêmicas, uma vez que essas são escassas e em alguns casos imprecisas. A história dos ciganos, segundo os materiais aferidos, é marcada na luta pela sobrevivência e preservação de seus costumes, embora muitos tenham sido alterados por diversas influências culturais não-ciganas ou adaptados a elas, como mostram os dados acerca da comunidade Calon, objeto deste estudo. Os ciganos, onde quer que passem e onde quer que acampem são hostilizados, discriminados e estereotipados. O preconceito veio com eles da Europa para o Brasil e infelizmente os acompanha atualmente.

**Palavras-chaves:** comunidade Calon; práticas educacionais; cultura cigana; São Gabriel; Belo Horizonte.

## **ABSTRACT**

The research, of ethnographic inspiration, proposed to examine the educational practices of the Calon community that is located in the São Gabriel neighborhood in Belo Horizonte. The study aims to identify the educational practices, manifested in the habits and customs, of the aforementioned gypsy community and to understand how they are instituted and their relationship, or not, with the educational practices of the formal school. To this end, it was necessary to historically contextualize the gypsy ethnicity in general terms, to examine, as far as possible, information about its origin, complex cultural diversity and the intrinsic connection between cultural identity and education observed between them, from articles, dissertations and academic theses, since these are scarce and in some cases imprecise. The history of gypsies, according to the verified materials, is marked by the struggle for survival and preservation of their customs, although many have been altered by different cultural influences that are not gypsies or adapted to them, as shown by the data about the Calon community, object of this study. Gypsies, wherever they go and wherever they camp, are harassed, discriminated against and stereotyped. Prejudice came with them from Europe to Brazil and unfortunately accompanies them to this day.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

**Keywords:** Calon community; educational practices; gypsy culture; São Gabriel; Belo Horizonte.

A pesquisa, de inspiração etnográfica, se propôs a examinar as práticas educacionais da comunidade Calon que se encontra no bairro São Gabriel em Belo Horizonte. O estudo tem por objetivo identificar as práticas educacionais manifestas nos hábitos e costumes da comunidade cigana supracitada e compreender como são instituídas e sua relação, ou não, com as práticas educacionais da escola formal. Entretanto, antes de fazer a exposição da temática em si, faz-se necessário contextualizar historicamente a etnia cigana em termos gerais para então apreciar o grupo dos Calons<sup>3</sup>, sobre o qual este trabalho se debruça, dentro do que é possível fazê-lo, uma vez que as informações, particularmente sobre a origem dos ciganos, são escassas e, em alguns casos, imprecisas. As informações históricas levantadas sobre o povo cigano, genericamente falando, são relevantes para compreender os aspectos culturais comuns entre eles e inferir os que são peculiares ao grupo dos Calons. Esses aspectos culturais desse grupo têm um papel importante no desenvolvimento de suas práticas educacionais. Entre os grupos considerados tradicionais, como os ciganos, os elementos cultura e educação são intrinsecamente interligados.

As práticas educacionais do grupo Calon analisado nesta investigação, que foram possíveis de identificar na literatura pesquisada, são defrontadas com as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas de ensino formal. Enquanto as práticas educacionais dos Calons do bairro São Gabriel estão presentes em seus costumes e práticas culturais diárias, as práticas educacionais da escola formal estão distantes da realidade cotidiana dos discentes (ciganos e não-ciganos). Embora tenham contato frequente com não-ciganos e sejam influenciados culturalmente em virtude desse contato, em até certo ponto, os Calons mantêm uma forma singular de ser e estar no mundo. Verificou-se entre eles uma concepção de educação voltada para sobrevivência na vida adulta e superação dos desafios da vida. Entre os Calons pesquisados, cuja comunidade é patriarcal, a educação de meninos e meninas é diferenciada, pois é norteadada pelo papel do homem, de trabalhar e sustentar a família, e da mulher, de cuidar da casa e dos filhos.

No que se refere a educação formal, não foram encontrados dados atualizados sobre o acesso e permanência dos ciganos, nem ao menos como um todo no ensino

---

<sup>3</sup> Os **Calóns** possuem a origem do nome relacionada à tipologia física, Calón, deriva de Calin, (Kali) que em romani associa-se a pessoas com pele da cor do cobre (HILKNER, 2008, p. 49, grifo da autora).

formal (educação básica e/ou ensino superior) no país, mesmo sendo a educação um direito de todo cidadão brasileiro que deve ser garantido pelo Estado em todas as suas esferas de poder, a saber, municipal, estadual e federal. É digno de nota que essa ausência de dados impacta direta e negativamente na elaboração de projetos, programas e/ou políticas públicas de educação que atendam às necessidades desse público. Deve ser por esse, dentre outros motivos, que não há projetos, programas ou política pública de educação direcionadas aos ciganos.

Não há sequer um levantamento censitário atualizado da população cigana presente no território brasileiro. Aliás, os ciganos não são nem mesmo mencionados na Constituição de 1988 entre os povos considerados tradicionais, como quilombolas e indígenas. Em outras palavras, para o Estado brasileiro é como se eles não existissem. Diferentemente dos povos indígenas, por exemplo, que, em sua maioria, se unem para se mobilizar politicamente em prol dos seus direitos por meio de entidades locais, regionais e/ou nacionais consolidadas criadas por eles, os ciganos não possuem instituições fortes que lhes possibilitem articular-se politicamente para lutar por seus direitos. As iniciativas que existem de organização entre os ciganos são fragmentadas e, em alguns casos, isoladas, como é o caso da Associação Guiemos kalons (AGK), criada pela comunidade Calon do bairro São Gabriel, para reivindicar a regularização fundiária<sup>4</sup> do terreno que ocupam há mais de 30 anos.

Para realização deste estudo, foram utilizados dados provenientes de artigos, dissertações e teses acadêmicas e articulados entre si, sendo alguns deles, inclusive, produzidos por pesquisadores de ascendência cigana, como Aluísio de Azevedo Silva Júnior e Regiane Aparecida Rossi Hilkner. Dentre os autores pesquisados, os mais relevantes para este trabalho foram a pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos (2018), que fez uma pesquisa antropológica robusta sobre os ciganos da comunidade Calon do bairro São Gabriel, em Belo Horizonte, a pesquisadora Regiane Aparecida Rossi Hilkner (2008), que realizou uma análise significativa, particularmente acerca da complexa cultura cigana, que é composta por aspectos culturais gerais combinados com aspectos peculiares presentes entre os grandes e pequenos grupos ciganos, os quais, a posteriori serão informados e do pesquisador Rodrigo Corrêa Teixeira (2008), cuja investigação histórica sobre os ciganos no Brasil é uma obra de referência, uma vez que seu trabalho é citado por vários autores em seus respectivos estudos sobre a temática dos ciganos.

---

<sup>4</sup> Para mais informações consultar:

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-ciganos-lutam-por-regularizacao-fundiaria-em-favor-da-comunidade-calon-do-bairro-sao-gabriel/>.

A origem dos ciganos<sup>5</sup> remonta possivelmente ao ano III a.C. na Índia, de acordo com Silvia Régia de Freitas Simões (2007), exatamente na região do Punjab, atual Paquistão. E no século XII, por razões desconhecidas até então, teriam se espalhado pelo mundo. Em sua trajetória, chegaram a Europa e encontraram melhor acolhida na Península Ibérica (atuais Portugal e Espanha) que, na época, estava sob domínio dos muçulmanos. Segundo Silvia Régia de Freitas Simões (2007, p. 638-639), “particularmente durante o domínio mouro estabeleceu-se uma convivência pacífica entre as diferentes expressões religiosas e étnicas. [Pois] para os mouros o importante era que cada cidadão cumprisse com o pagamento de seus tributos”. Por ocasião da reconquista da Península Ibérica realizada pelos cristãos, tanto os muçulmanos como também os ciganos foram expulsos desse território. Com a expansão das navegações e por consequência o “descobrimento” de outras terras, portugueses e espanhóis deportaram sistematicamente os ciganos para as localidades as quais dominavam, provavelmente com vistas a uma limpeza étnica (SIMÕES, 2007). A mencionada autora complementa que:

[...] Portugal e Espanha, [...], deportaram os ciganos, os infligindo a pena de trabalharem nas galeras onde, antes de partir, eram submetidos ao corte de pedaço de uma de suas orelhas, denunciando assim por onde passassem, sua condição miserável de “degredados perigosos” e “marginais” (SIMÕES, 2007, p. 639).

Os ciganos autodenominados rom<sup>6</sup> ou romani eram e ainda são indesejados, tidos como párias e alvos de perseguição religiosa, cultural, política e racial. Despertam um misto de medo, curiosidade e algumas vezes até sedução por seu jeito de vestir, estilo de vida errante e festeiro e seus dotes artísticos retratados numa variedade de produções culturais (SILVA JÚNIOR, 2009). É importante destacar que grande parte dessas representações seja na literatura, pintura, teatro dentre outros, produziram estereótipos negativos acerca dos ciganos que continuam a contribuir grandemente para

---

<sup>5</sup> A palavra “cigano” é uma abreviação de “egípcio”, nome com que os imigrantes rom foram chamados pela primeira vez na Europa. Acreditava-se que eles vinham do Egito. A palavra francesa gitan, a espanhola gitano e a portuguesa “cigano” também têm essa etimologia. A palavra alemã zigeuner e a eslava tsignan têm uma fonte diferente, vêm da palavra grega athinganos, que significa “pagãos”. Esse termo foi originalmente emprestado de uma seita herética em Bizâncio porque os ciganos que chegaram à Europa não eram cristãos ou não eram vistos como tal e, assim, receberam o nome dessa seita (Kenrick, 2007 *apud* CAIRUS, 2018). Desde o século XV, a palavra “cigano” é utilizada como insulto. Sinônimo de imorais, desonrados, esbanjadores, sujos dentre muitos outros adjetivos negativos. Cada uma destas imagens teve períodos de maior e menor destaque ao longo do tempo e produziram um painel extremamente amplo de imagens sobre os ciganos (HILKNER, 2008, p. 46).

<sup>6</sup> Os ciganos se autodenominam rom (com o plural roma na maioria dos dialetos). Isso é geralmente considerado como cognato com a palavra indiana dom, cujo significado original era “homem” (CAIRUS, 2018).

a visão preconceituosa que ainda se tem deles. A cultura tem uma capacidade impressionante tanto de originar como sustentar preconceitos contra grupos ou minorias, além de ser um eficaz instrumento de sua disseminação. O subterfúgio travestido de “expressão artística” banaliza a discriminação por torná-la imperceptível. Como superar algo que é visto como “normal”? Rodrigo Corrêa Teixeira (2008, p. 9, grifo do autor) afirma que “desde o século XV a palavra ‘cigano’ é utilizada como um insulto. [E que] o termo aparece registrado pela primeira vez em português em *A farsa das ciganas* de Gil Vicente, provavelmente em 1521”. Esse é um dos muitos exemplos da forma depreciativa com que os ciganos são apresentados na literatura. É digno de nota que a denominação “cigano” é um termo genérico para se referir a grupos distintos entre si, pois cada comunidade apresenta uma identidade cultural própria. No tocante a comunidade dos Calons, o referido autor conta que:

Os Calon, cuja língua é o caló, são ciganos que se diferenciaram culturalmente após um prolongado contato com os povos ibéricos. Da Península Ibérica, onde ainda são numerosos, migraram para outros países europeus e da América. Foi de Portugal que vieram para o Brasil, onde são o grupo mais numeroso (TEIXEIRA, 2008, p. 10).

Como os Calons estavam localizados em grande número na Península Ibérica, isso é um forte indicativo de que o cigano João Torres, sua mulher e filhos, tenham pertencido a essa etnia. Eles foram degredados para o Brasil em 1574 e esse é o primeiro registro oficial da presença de ciganos no país (TEIXEIRA, 2008). Contudo as deportações em massa de ciganos de Portugal para o Brasil começaram no século XVII. Conforme Rodrigo Corrêa Teixeira,

A deportação de ciganos portugueses para o Brasil, ao que tudo indica, só começou mesmo a partir de 1686. Dois documentos portugueses daquele ano informam que os ciganos deviam ser degredados também para o Maranhão. Antes eram degredados somente para as colônias africanas (TEIXEIRA, 2008, p. 16).

O destino dos ciganos degredados para o Brasil foi escolhido a dedo, Rodrigo Corrêa Teixeira (2008) pontuou dois motivos para isso:

A escolha da Coroa pela capitania do Maranhão visava pelo menos a dois objetivos. Primeiro, colocar os ciganos "bastante afastados das áreas brasileiras de mineração e de agricultura, assim como longes dos principais portos da colônia, do Rio de Janeiro a Salvador." Segundo, esperava-se que os ciganos ajudassem a ocupar extensas áreas dos sertões nordestinos, então ainda ocupadas por índios. Ainda que perigosos, preferia-se os ciganos aos índios (TEIXEIRA, 2008, p. 16).

Porém, os portugueses não tiveram êxito em seu intento. Pois de acordo com Rodrigo Corrêa Teixeira, “em Minas Gerais, a presença cigana é nitidamente notada a partir de 1718, quando chegam ciganos vindos da Bahia, para onde haviam sido deportados de Portugal” (TEIXEIRA, 2008, p. 5). O que dá a entender que a capitania do Maranhão não foi a única opção de rumo dos degredados ciganos no Brasil. Seria ingenuidade pensar que eles não iriam se deslocar pelo território brasileiro, seja por necessidade ou interesses econômicos etc. O ouro encontrado em Minas Gerais não despertou o interesse só dos portugueses, os ciganos foram atraídos pela perspectiva de enriquecimento (TEIXEIRA, 2008).

Acredita-se que do século XVI até o século XVIII, a etnia cigana predominante em terras tupiniquins era dos Calons vindos da Península Ibérica. Contudo, isso mudaria no século XIX com a chegada de ciganos não-ibéricos, ou seja, vindos de outras localidades do continente europeu como Itália, Alemanha, Balcãs e Europa Central. O primeiro cigano Rom<sup>7</sup>, isto é, não-ibérico a vir para Minas Gerais, pelo menos, de que se tem notícia foi Jan Nepomusky Kubitschek. Sobre esse imigrante, Rodrigo Corrêa Teixeira informa que:

Atendendo pela alcunha de João Alemão, era um "imigrante vindo da Boêmia, então parte do Império Austro-Húngaro, que deve ter entrado no Brasil por volta de 1830-1835, casando-se pouco depois com uma brasileira." Em seu matrimônio com Teresa Maria de Jesus, teve pelo menos dois filhos. O primeiro foi João Nepomuceno Kubitschek, que viria a ser um destacado político. O segundo foi Augusto Elias Kubitschek, um comerciante com escassos recursos, que viveu toda sua existência em Diamantina. Augusto Kubitschek foi designado como 1º suplente de subdelegado de polícia em 1889. Também consta que teve pelo menos uma filha, Júlia Kubitschek, que viria a ser a mãe de Juscelino Kubitschek (1902-1976), que depois se tornou Presidente do Brasil (1956-[19]60), também conhecido pelo apelido 'JK', o fundador da atual capital Brasília (TEIXEIRA, 2008, p. 28).

A pergunta que não quer calar é: porque o silêncio a respeito da ascendência cigana de Juscelino Kubitschek, uma figura proeminente no cenário político brasileiro

---

<sup>7</sup> São consagradas as distinções dos ciganos, no Ocidente, em três grandes grupos ou “natsias”. O grupo/natsia **Rom**, o grupo/natsia **Sinti** ou **Manouch** e o grupo/natsia **Calón**. O grupo **Rom** demograficamente majoritário possui subgrupos ou “vitsas” com denominações próprias: *Kalderash, Matchuara, Lovara, Tchurara, Vlax Romani*. Esses subgrupos tiveram sua história profundamente vinculada à Europa Central e aos Balcãs, de onde migraram a partir do século XIX para o leste da Europa e para a América. [...] O grupo **Sinti**, também chamado **Manouch**, é numericamente expressivo em terras orientais, na Alemanha e França. Os **Calóns**, [...], são ciganos que se diferenciaram em comportamentos dos grupos **Sinti** ou **Manouch** e do **Rom** e, justamente, pela distinção de costumes, consideram-se e são considerados como grandes inimigos, em especial do subgrupo *Kalderash*. Da Península Ibérica, onde ainda são numerosos, migraram para outros países europeus e da América. [...] Embora os Calóns tenham sido pouco estudados, acredita-se que não haja entre eles algo que se assemelhe à complexa subdivisão dos **Rom** (HILKNER, 2008, p. 46-48, grifos da autora).

do século XX? Este silêncio diz muito sobre a sociedade brasileira, que não superou ainda a mentalidade colonial racista sob a qual foi constituída. Quando será cortado o “cordão umbilical” com esse tipo de pensamento reacionário? O fato de os ciganos serem um povo marginalizado pela sociedade e invisibilizado pelo Estado<sup>8</sup>, isso quando, não são alvo de extermínio<sup>9</sup> legalizado ou não, despertou o meu interesse de pesquisar a respeito deles.

Em Belo Horizonte, a coletividade dos Calons, etnia cigana presente na cidade, foi por muito tempo preterida pelas autoridades locais. Todavia, é importante salientar que na capital mineira, há pouco tempo os Calons, cujos acampamentos estão localizados nos bairros São Gabriel e Céu Azul, foram reconhecidos pelo poder público municipal como patrimônio imaterial da cidade, mediante solicitação da Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) à Fundação Municipal de Cultura (FMC). O que contribuiria para o fortalecimento do sentimento de cidadania na comunidade, que é detentora de direitos, tais como a preservação de seu território e da sua cultura, como destacou a coordenadora de Promoção da Igualdade Racial, Rosângela da Silva, na reportagem do jornal Hoje em Dia<sup>10</sup> (2014) à época do início do processo de Registro Imaterial da Cultura Cigana no município. Isso é um avanço significativo rumo a uma política pública que garanta direitos sociais e a promoção e valorização das

---

<sup>8</sup> Não existem dados sobre o número atual de ciganos no Brasil, nem sobre a sua distribuição geográfica. Os censos demográficos brasileiros nada informam sobre ciganos ou indivíduos que são identificados ou se autoidentificam como tais, e até hoje ninguém se interessou ou foi capaz de saber, nem sequer aproximadamente, quantos ciganos vivem num determinado estado, e menos ainda em todo o Brasil (MOONEN, 2013).

<sup>9</sup> A formação dos Estados-nação correspondeu a um longo processo que culminou com a revolução francesa, onde a retórica da igualdade da lei inibia a comunidade étnica como instituição intermediária entre o indivíduo e o Estado. O avanço dos grandes Impérios europeus na Ásia e na África se deu paralelamente ao desenvolvimento de uma retórica científica que dividia os povos em “raças inferiores” e “raças superiores”: a incorporação forçada dos povos exóticos à nova ordem mundial se fez então em nome da “civilização”. Essa mesma retórica científica e racista levou aos campos de extermínio milhões de judeus, ciganos e eslavos (THOMAZ, 1995, p. 437).

<sup>10</sup> Cultura Cigana é reconhecida como patrimônio imaterial de Belo Horizonte. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 24 out. 2014. Almanaque. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/cultura-cigana-%C3%A9-reconhecida-como-patrim%C3%B4nio-imaterial-de-belo-horizonte-1.281523>. Acesso em: 31 mai. 2020.

especificidades culturais dos Calons em Belo Horizonte<sup>11</sup>. Contudo, é preciso que esse reconhecimento produza efeitos concretos no cotidiano dessas pessoas.

Outra questão fundamental a ser sanada diz respeito a conscientização da sociedade belorizontina, no sentido de minorar a intolerância e desconstruir rótulos depreciativos consolidados ao longo do tempo acerca dos ciganos de um modo geral. Não é possível dizer se ou até que ponto o reconhecimento patrimonial da comunidade dos Calons contempla essa demanda, daí a imprescindibilidade de uma ação de Estado em prol dos interesses desse coletivo em âmbito federal<sup>12</sup>. O ideal seria se os ciganos, independente de grupo e subgrupo, tivessem seus direitos explicitamente respaldos na Constituição Federal de 1988<sup>13</sup>, como os indígenas e quilombolas, e uma Organização Não Governamental (ONG) que representasse os interesses de todos os ciganos presentes em território brasileiro, com filiais regionais. Essa instituição seria uma ferramenta eficiente, tanto no sentido legal como sociocultural para reivindicação de direitos e fomento da pluralidade cultural existente entre os grupos ciganos. Porém, essa hipótese esbarraria no fato dos ciganos não terem uma identidade étnica consistente; sobre isso, Frans Moonen (2013, p. 9-10) salienta que:

Os ciganos, comprovadamente e há séculos, são heterogêneos e têm uma identidade étnica fraca, ou até inexistente. Não somente são odiados pelos

---

<sup>11</sup> As realizações do Ministério da Cultura [relacionadas à promoção da cultura cigana] foram duas. Primeiro: em 2006 foi instituído o Grupo de Trabalho Culturas Ciganas com a finalidade “indicar políticas públicas para as expressões culturais dos segmentos ciganos”. A primeira reunião foi realizada no dia 16 de março de 2006, com a presença de ciganos (menos de dez) e não-ciganos. Às vezes esse GT também é denominado “Grupo de Trabalho Interministerial Culturas Ciganas”. Previsto para funcionar durante apenas um ano, esse prazo foi prorrogado por mais um ano. O MinC e a SEPPIR não informam quantas reuniões foram realizadas, quem, quais e quantos foram os participantes, ciganos ou não-ciganos, nem foram divulgados os resultados práticos destas reuniões, se é que resultados existem. Segundo: em 2007 foi instituído o Prêmio Culturas Ciganas João Torres, que premiou 20 projetos de ciganos ou organizações ciganas com R\$ 10.000,00 cada um. Em 2010 foi publicado um edital para o segundo Prêmio Culturas Ciganas, desta vez com 30 prêmios de R\$ 10.000,00 cada um. Qual trabalho sério um cigano ou uma ONG cigana pode realizar com apenas dez mil reais, até hoje ninguém conseguiu explicar (MOONEN, 2013, p. 18).

<sup>12</sup> [...] Podemos considerar a Medida Provisória editada em 25 de maio de 2006, que criou o Dia Nacional dos Ciganos no Brasil (24 de maio), como o marco de entrada dos povos ciganos nas políticas de reconhecimento por parte do Estado brasileiro. Já o Decreto 6.040/2007, que amplia a definição do conceito de Povos e Comunidades Tradicionais, marca a entrada dos povos ciganos nessa nova categoria (CAMPOS, 2018, p. 87).

<sup>13</sup> As Constituições Federais sempre ignoraram a existência dos ciganos. Pelas leis brasileiras de hoje, os Rom, Sinti e Calon – “os assim chamados “ciganos” - nem sequer são considerados minorias étnicas, e como tais com direitos específicos, reconhecidos em diversas convenções internacionais, várias das quais promulgadas também no Brasil. [...] A Constituição Federal garante aos brasileiros ciganos os mesmos direitos de qualquer cidadão não-cigano, pelo menos em teoria. Na prática, muitos desses direitos são constantemente violados, o que se manifesta na existência de estereótipos negativos, preconceitos e várias formas de discriminação das minorias ciganas pela população nacional. Porém, os ciganos, por constituírem minorias étnicas, também têm direitos especiais, citados em vários documentos internacionais, aprovados e promulgados também pelo Governo Brasileiro. Desnecessário dizer também que esses direitos especiais são constantemente ignorados e violados (MOONEN, 2013, p. 14).



não-ciganos, mas muitas vezes até odeiam se mutuamente, conforme provam inúmeros documentos. Inclusive no Brasil.

No que se refere a relação entre o poder público e os Calons do São Gabriel<sup>14</sup> de Belo Horizonte, objeto de estudo deste trabalho, a pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos observou:

A relação com o Estado e seus agentes veio sofrendo modificações ao longo das últimas décadas, avaliada positivamente pelos calons. Se antes se sentiam sempre invisibilizados e perseguidos, atualmente se compreendem como sujeitos de direitos, restando, contudo, um longo caminho ainda a se percorrer para que eles sejam devidamente reparados por toda a exclusão política a que foram submetidos historicamente (CAMPOS, 2018, p. 86).

Assim como outros grupos étnicos, os ciganos Calons possuem saberes tradicionais que devem ser prestigiados. Esses saberes e costumes mantidos pela comunidade a caracterizam, porque compõem a sua identidade étnica e sociocultural e se manifestam em seus rituais e tradições. Omar Ribeiro Thomaz sustenta que “[...] a cultura<sup>15</sup> se refere à capacidade que os seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia” (THOMAZ, 1995, p. 427). As ações mencionadas pelo autor estão ligadas às atividades realizadas no cotidiano sejam, de cunho religioso ou social ou mesmo aquelas relacionadas à subsistência, mas que guardam em si um saber desenvolvido. Um saber, muitas vezes, surgido em resposta a um problema ou desafio de caráter empírico ou não.

As tradições<sup>16</sup> e rituais singulares dos Calons exercem função educativa em seu meio, o que se alinha ao que o autor Omar Ribeiro Thomaz (1995, p. 428) apontou ao escrever que, “a cultura se refere pois à capacidade - e necessidade - que os seres humanos têm de aprender”. Não há como dissociar educação da cultura e vice-versa. Essa investigação visa induzir a uma reflexão a respeito da realidade educativa dos Calons, que perpassa suas tradições e rituais, bem como sua identidade cultural, além de

---

<sup>14</sup> A associação [**Associação Guiemos Kalon (AGK)**] foi uma iniciativa dos próprios membros Calon do acampamento e tem como objetivo articular com diferentes agentes, públicos e do terceiro setor, a garantia de direitos básicos-fundamentais aos membros da coletividade (MANCILHA, 2015, grifo nosso). A comunidade Calon alojada há mais de 30 anos no bairro São Gabriel em Belo Horizonte se autodenomina Guiemos Kalon (MANCILHA, 2015).

<sup>15</sup> A cultura é compartilhada pelos indivíduos de um determinado grupo, não se referindo, pois, a um fenômeno individual; por outro lado, [...], cada grupo de seres humanos, em diferentes épocas e lugares, dá diferentes significados a coisas e passagens da vida aparentemente semelhantes (THOMAZ, 1995, p. 427).

<sup>16</sup> Cultura como um código simbólico, como uma forma de agir e de interpretar as ações dos indivíduos e o mundo que nos rodeia. Ora, a noção de aculturação enfatiza sobretudo a ideia de cultura como, por um lado, o patrimônio tecnológico de uma determinada sociedade, e por outro a ideia de “tradição”, que, supostamente, tenderia a manter as diferentes sociedades no tempo. [...] É desta perspectiva que [...]: a cultura como um processo dinâmico de reinvenção contínua de tradições e significados (THOMAZ, 1995, p. 439).

problematizar a maneira pela qual sua prática educacional é mantida, mesmo em face das influências externas que incidem sobre a comunidade e que podem afetar sua identidade cultural. Contudo, não se deve perder de vista que as culturas mudam, seja por questões de ordem interna ou em decorrência de variados tipos de pressão externa (THOMAZ, 1995).

Antes de mais nada, é vital compreender que “cada cigano tem uma forte identificação com seu grupo familiar ou com as famílias que têm o mesmo ofício”, segundo Regiane Aparecida Rossi Hilcner (2008, p. 59), que complementa sua fala ao dizer que, “[...] não existe uma identidade única entre todos os ciganos”. A autora esclarece ainda que:

Nenhum cigano conhece todos os detalhes da identidade em que está inserido. [...] Há aspectos da identidade cigana compartilhados por todos os ciganos, outros que são particulares de cada subgrupo e ainda outros selecionados pelo indivíduo num “leque” de opções. Cada cigano é portador de um conjunto singular de elementos dessa identidade, embora, não haja uma noção de individualidade tal como no mundo ocidental. A solidariedade tão distante hoje do universo capitalista ocidental se faz presente na tradição cigana. A unidade familiar é fundamental e a palavra das pessoas mais velhas tem força da Lei (HILKNER, 2008, p. 61).

Esta solidariedade que faz parte da tradição cigana não poderia muito bem ser talvez, resultado do desprezo a que eles estão sujeitos historicamente onde quer passem? Numa situação de apartamento, a sobrevivência se faz possível mediante a solidariedade entre os membros da própria comunidade. O respeito ao ponto de vista dos mais velhos, provavelmente se deve ao fato de terem acumulado ao longo da vida conhecimentos, que são frutos de suas vivências. Regiane Aparecida Rossi Hilcner (2008, p. 61-62) comenta que entre os ciganos existe “o Código de Conduta Cigana, cujas sete leis são transmitidas, oralmente, de geração para geração”, a saber

Respeito à família como instituição suprema da sociedade cigana.  
Amor aos filhos, consideração e respeito aos velhos.  
Hospitalidade com alegria.  
Honrar a palavra dada e fidelidade à Lei<sup>17</sup> cigana.  
Liberdade como condição natural da vida.  
Solidariedade para com os membros da etnia cigana.  
Cumprimento das decisões tomadas pelos maiores.

Os pontos exibidos no Código de Conduta Cigana expõem os valores que eles prezam como a família, a hospitalidade, a palavra empenhada, a liberdade, a

---

<sup>17</sup> Em última análise consiste na fidelidade entre ciganos: 1. Tu serás fiel ao teu *Rom*; 2. Tu pagarás teus débitos ao *Rom* (BURTON, 1999 *apud* HILKNER, 2008, grifos da autora).

solidariedade e a obediência aos mais velhos. Supõe-se que como um povo desprovido de Estado<sup>18</sup> e território é provável que vislumbrem na família uma instituição perceptível que promove a proteção e o cuidado, na hospitalidade o acolhimento para um necessitado ou não, cigano ou talvez não-cigano, uma vez que eles mesmos conhecem a sensação do desamparo, na palavra empenhada a credibilidade que não lhes é dada fora da comunidade, na liberdade um direito intrínseco, na solidariedade um amparo em face da sociedade hostil e racista, ou mesmo nos momentos de maior dificuldade da vida e na obediência como demonstração de respeito às convenções acordadas entre os mais velhos, com vistas a um ordenamento coletivo e a boa convivência. Todavia, a autora Regiane Aparecida Rossi Hilkner (2008) pontua, que a infidelidade ao Código de Conduta Cigano é uma das características que distingue os Calons das demais etnias ciganas.

A citada autora explica o que ocorre quando um cigano desobedece a alguma Lei do Código de Conduta acima descrito,

[...], os ciganos reúnem-se num tribunal que denominam *Kris*. A resolução tem que ser encontrada em conjunto pelo grupo dos mais velhos, e adotada por consenso, com base nos valores da moralidade e de respeito pela honra e pureza. O castigo, que penaliza o infrator, é imposto pela comunidade, dada à inexistência de polícia cigana. As decisões são finais, irrecorríveis. A pena mais drástica é o exílio. Pois a privação da vida comunitária é o que de pior pode acontecer a um elemento da etnia cigana. Ser expulso, ser exilado é uma quase-morte para o indivíduo. Após o perdão ou cumprida a pena, o indivíduo volta ao seio do grupo e o regozijo é geral (HILKNER, 2008, p. 62, grifo da autora).

Para um povo estigmatizado e, por esse motivo odiado, o exílio é algo extremamente traumático e nefasto, pois a comunidade é o seu mundo, nela é que ele se reconhece e é reconhecido, que a sua existência tem sentido e onde encontra segurança e estabelece vínculos afetivos etc. Sobretudo, é onde a sua sensação de pertencimento se faz, pois como um ser social o homem “[...] compartilha com outros homens formas de agir e de pensar” (THOMAZ, 1995, p. 427).

“Ciganos são iguais no todo, mas diferentes nos detalhes”<sup>19</sup>, Regiane Aparecida Rossi Hilkner corrobora essa declaração ao reiterar que:

Enquanto algumas tribos denotam forte vocação ao nomadismo, outras cederam à sedentarização, gerando contrastes que marcam significativamente esses grupos. [...] Enquanto alguns grupos trabalham para não-ciganos (*Kalderash, Matchuaras, Tchurara*), outros rejeitam qualquer tipo de sujeição (*Lovaras, Vlax Romani*), enquanto alguns grupos só utilizam a vestimenta

<sup>18</sup> Governo legalmente constituído.

<sup>19</sup> Palavras de Andrej Miki Kalderash, patriarca cigano em 2002 (*apud* HILKNER, 2008, p. 62).

cigana em festas rituais (*Kalderash, Sinti ou Manouch*) outros utilizam no dia-a-dia (*Calón, Lovaras*) enquanto alguns grupos não aprendem a língua de seu país de assentamento (*Lovaras, Vlax Romani*) outros utilizam a língua não-cigana até mesmo em reuniões entre ciganos (*Kalderash, Tchurara, Matchuara*) enquanto um grupo pratica a quiromancia por dinheiro (*Calón*) outros não (*Kalderash, Matchuara, Lovara, Tchurara*), etc (HILKNER, 2008, p. 63-64, grifos da autora).

Além da quiromancia, os Calons praticam também a cartomancia, ambas remuneradas e fazem também pedidos públicos de ajuda (HILKNER, 2008, p. 47). Isso não significa que essas práticas sejam universais e hodiernas entre todas as coletividades Calons, pois hábitos e costumes podem mudar com o passar do tempo e/ou pelas influências advindas do meio social, onde acampam-se por longo ou curto período de tempo, como exposto acima.

Mediante a prática etnográfica<sup>20</sup> de Juliana Miranda Soares Campos (2018), doutora em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi possível coletar informações sobre as práticas educacionais no âmbito do cotidiano da referida comunidade, pois elas estão incorporadas em suas atividades diárias.

Os grupos familiares que compõem o acampamento do bairro São Gabriel em Belo Horizonte possuem laços de parentesco entre si e de acordo com a pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos (2018, p. 84, grifos nossos), “o casamento<sup>21</sup> preferencial entre *calon* e *calin*<sup>22</sup> garante a manutenção de um certo fechamento do coletivo à entrada de não-ciganos”. É possível que esse fechamento sirva para a preservação de suas características identitárias. Falando sobre a união e a configuração familiar observada entre os Calons supracitados, a pesquisadora explica que:

Uma configuração familiar típica dentro do Acampamento do São Gabriel abarca famílias nucleares conectadas a um grupo de irmãos (do sexo masculino), que costumam morar bem próximos uns dos outros. Cada um desses conjuntos de núcleos familiares formados em torno de um grupo de irmãos é chamado de turma. Assim, o Acampamento do São Gabriel é composto de diversas turmas. A socialidade calon é marcada pelo convívio intenso entre pessoas da mesma família. Em São Gabriel, um cigano nunca está sozinho. Qualquer que seja o lugar para o qual ele vá, ou qualquer coisa que ele faça, sempre será acompanhado de algum parente. A turma é uma unidade dificilmente quebrada, uma mudança de localidade (temporária ou

---

<sup>20</sup> Dada a inspiração etnográfica deste trabalho acadêmico, estava previsto em seu planejamento a realização de entrevista remota com pelo menos um membro da comunidade Calon do São Gabriel, porém as tentativas de contato não tiveram êxito. Em função da pandemia do Coronavírus, não foi possível tentar o contato presencial *in loco*, por ocasião das medidas de proteção restritivas implementadas pelo município, que visam conter a transmissão do vírus que causa a Covid 19. Por isso que se faz uso, neste ensaio, da vivência etnográfica da pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos com o grupo citado.

<sup>21</sup> Nesse sistema, é possível o casamento entre calons e não ciganas (o contrário não), mas que serão incorporadas pela turma do marido, entrando em um processo de virar calin (CAMPOS, 2018, p. 84).

<sup>22</sup> Termos usados por estes calons para diferenciar mulheres e homens ciganos (CAMPOS, 2018, p. 84).

permanente), por exemplo, normalmente será feita por toda a turma (CAMPOS, 2018, p. 84).

Isso mostra a importância da família para esse grupo, bem como os demais, reiterando o que foi exposto anteriormente pela autora Regiane Aparecida Rossi Hilkner (2008).

No que toca a uma política de educação nacional voltada para a população cigana, o autor Frans Moonen (2013, p. 17) ressalta que desconhecia “pelo menos até meados de 2011, [...] qualquer medida prática tomada pelo Ministério da Educação para implementar as demandas ciganas ou as demandas que mencionam também ciganos”, circunstância que coloca em risco a manutenção da cultura cigana, pois uma escola reprodutora de posições hegemônicas, como a que está em vigor, tende a uniformizar os indivíduos perpetuando o preconceito e promovendo a anulação da diversidade. Teóricos tanto da Pedagogia quanto da Antropologia da Educação contemporâneos rejeitam veemente esse modelo educacional retrógrado. Para eles, a escola, enquanto instituição, deve assegurar as diferenças culturais dos discentes (MANCILHA, 2015). O pesquisador Eduardo Costa de Mancilha, referindo-se a aludida coletividade cigana de Belo Horizonte, comenta da expectativa desses de acesso a uma escola, cujas práticas educacionais assegurem e defendam sua alteridade.

O que se espera de propostas educacionais inovadoras são estratégias que fujam da lógica homogeneizadora da escola e possibilitem aberturas de diálogos com o grupo Cigano Guiemos Kalon para saber quais são suas expectativas e seus desejos de escola, percebendo o que eles querem entender como educação adequada a suas demandas. [...] Dessa forma, não se pode pretender construir uma eficiente política educacional sem diálogo profícuo com a comunidade, e abertura para novas estratégias pedagógicas destinadas, não só a um melhor rendimento escolar dos alunos Calon, mas a aproximação entre conhecimento escolar e o conhecimento da cultura cigana Calon (MANCILHA, 2015).

Será que é querer demais uma escola que seja mais agregadora do que massificadora? Se por um lado o acesso à educação atualmente é mais difundido entre os ciganos Calons, como observa a pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos, por outro lado, “[...] consideram importante [somente] o aprendizado básico da leitura e da escrita para que possam realizar as atividades básicas do cotidiano, [...]” (CAMPOS, 2018, p. 95). Ela acrescenta que:

[...] o *conhecimento*<sup>23</sup> propriamente calon está fortemente ligado à oralidade. Tal conhecimento está vinculado primordialmente a seu sistema de regras e valores, que eles frequentemente traduzem como *lei cigana* e que constitui a base para as ações e comportamentos das pessoas, sendo transmitido oralmente e de maneira “genderizada”: os homens mais velhos da família ensinam aos meninos e rapazes; e as mulheres (a mãe e depois de casar, a sogra) ensinam às moças (CAMPOS, 2018, p. 95, grifos da autora).

Reforçando o que foi dito anteriormente, a deferência aos mais velhos considerados fontes de instrução e orientação nessa sociedade é um dos aspectos não só da tradição da etnia Calon, aqui examinada, como das demais. Pode-se inferir que “o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana” (BONDÍA, 2002, p. 26), é o que torna o ensinamento deles reconhecido e reverenciado e mais do que isso, lhe confere conotação de autoridade .

Dentre as atividades da práxis dos Calons, para qual a instrução escolar é essencial, está a leitura de trechos da Bíblia “ou pequenos textos nas redes sociais e se comunicar nos aplicativos de telefone (hoje grande parte dos calons utiliza regularmente o sistema de mensagens Whatsapp)” (CAMPOS, 2018, p. 95). Essa informação está coerente com o que foi dito anteriormente, sobre a alteração dos hábitos e costumes em decorrência do contato com a sociedade na qual encontram-se ou pela qual passaram. Ao que parece, eles pensam “a educação a partir do par *experiência/sentido*” (BONDÍA, 2002, p. 20, grifo do autor), afinal, qual o sentido de aprender algo que não tem utilidade prática ou que não tem correlação de sentido com a realidade?

Juliana Miranda Soares Campos (2018) relata que os calons e as calins abandonam a escola por volta dos 12 a 16 anos para se casarem, sendo que o primeiro casamento calon deve ser preferencialmente entre primos. Ela argumenta que apesar desse costume suscitar polêmica por ser percebido como casamento infantil<sup>24</sup>, os Calons não o veem assim, pois para eles a concepção de infância é diferente da nossa. Essa condenação dos não-ciganos ao supracitado costume é motivada, segundo Omar Ribeiro Thomaz (1995, p. 430-431, grifo do autor) pelo

[...] estranhamento diante dos costumes de outros povos, a avaliação de formas de vida distintas a partir dos elementos da nossa própria cultura. A este estranhamento chamamos *etnocentrismo*. [...] O etnocentrismo consiste, pois, em julgar como “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, “normal” ou

---

<sup>23</sup> No artigo de Martin Fotta entre os calons da Bahia, o termo conhecimento também aparece em um sentido próximo aos calons mineiros. É explicado por ele como uma espécie de senso moral, adquirido ao longo da vida, e expresso em diversas práticas centrais na vida cigana (FOTTA, 2018 *apud* CAMPOS, 2015, p.95).

<sup>24</sup> Para mais informações sobre casamento na perspectiva dos ciganos Calons do São Gabriel em Belo Horizonte, ver CAMPOS, Juliana M. Soares. **Casamento cigano**: produzindo parentes entre os Calons do São Gabriel. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Belo Horizonte: UFMG, 2015.

“anormal” os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos a partir dos próprios padrões culturais.

A pesquisadora justifica que, para a mencionada etnia “[...] um dos papéis do casamento é servir como dispositivo ritual que dá início à passagem para a vida adulta, sendo o conceito de ‘adolescência’ estranho a eles” (CAMPOS, 2018, p. 96).

Entre os Calons do São Gabriel, as atividades mais valorizadas estão ligadas à sua concepção de trabalho, no caso das mulheres o cuidado com as coisas do lar e com os filhos e, no caso dos homens, a habilidade de negociar, atividades essas que não são aprendidas na escola e sim no dia a dia do acampamento<sup>25</sup> (CAMPOS, 2018). Esse dado sugere que o processo de ensino e aprendizagem entre eles está intimamente ligado às atividades da rotina diária. Em sua concepção, o que importa é a funcionalidade do saber e não sua mera acumulação sem propósito pragmático, confirmando o que foi exposto anteriormente sobre isso.

Resgatando o que a autora Regiane Aparecida Rossi Hilkner (2008) alegou sobre a recusa de alguns grupos ciganos de trabalhar para não-ciganos, a autora Juliana Miranda Soares Campos (2018) verificou esse comportamento no grupo Calon por ela estudado. De acordo com ela,

A recusa ao emprego formal, “fichado”, assalariado, é um operador importante dessa lógica de incorporação e rechaço a esse universo brasileiro. [...] Cabe aos homens garantir a renda familiar majoritária e eles o fazem principalmente através da prática de *catira* ou *breganha*<sup>26</sup>, do empréstimo de dinheiro a juros, da venda de artigos diversos, como eletrônicos, correntinhas banhadas a prata e ouro ou trabalhando como carroceiros. O modo de trabalho dos calons do São Gabriel pressupõe relações estreitas com os brasileiros: os ciganos compram artigos diversos dos gajons para revender para outros gajons, emprestam dinheiro a gajons, entre outros. No entanto, tal relação tem um pressuposto fundamental: a não subordinação ao brasileiro (CAMPOS, 2018, p. 96-97, grifos da autora).

Os esclarecimentos acima de Juliana Miranda Soares Campos ajudam a entender como se dá o relacionamento entre os Calons da comunidade analisada e os não-ciganos, o contato é pautado por uma posição de paridade de ambos. Para assimilar essa ideia é pertinente levar em conta que, “[...] na relação entre calons e brasileiros, as

---

<sup>25</sup> É também na rotina do acampamento que se aprende o *chibi*, a língua calon [derivada do *romani* e do *caló*], e eles constantemente reafirmam não ter interesse em uma publicação escrita de seu vocabulário, pois não querem que os gajons [não-ciganos] tenham acesso a ele. “Nossa língua é nossa maneira de nos proteger”, disse-me certa vez uma calin, repreendendo-me com tom de preocupação quando eu estava a anotar palavras em *chibi* em meu caderno (CAMPOS, 2018, p. 95).

<sup>26</sup> A *catira*, também chamada de *breganha* é um sistema de troca muito recorrente entre os calons de São Gabriel, realizada entre calons ou entre calons e brasileiros e em geral envolve duas mercadorias, uma mais valiosa que a outra, e por isso a mais valorizada será trocada pela menos valorizada, acrescida de um montante em dinheiro definido entre as partes. Pode entrar na *catira* qualquer tipo de bem, mas principalmente aparelhos eletrônicos, carros e animais (CAMPOS, 2018, p. 96, grifos da autora).

instituições brasileiras<sup>27</sup> representariam o pano de fundo *convencional* sob os quais os calons *inventam* suas próprias regras do jogo em um esforço de diferenciação” (CAMPOS, 2018, p. 98, grifos da autora). Isso sugere que eles se reapropriam das instituições e convenções, dentre as quais igreja<sup>28</sup> e escola, adaptando-as a seus costumes, tradições e rituais que formam sua identidade étnica. Para ilustrar esse fenômeno, segue abaixo o relato baseado no trabalho de campo da pesquisadora Juliana Miranda Soares Campos, junto a citada comunidade Calon por ela estudada:

Durante meu trabalho de mestrado, acompanhei um rito de casamento entre dois calons que moravam em um acampamento na cidade de Pedro Leopoldo (MG). Eu nunca havia ido a este acampamento, mas as famílias dos noivos eram parentes dos calons do São Gabriel e me convidaram para participar da cerimônia. O ciclo ritual é composto por vários dias de festa no acampamento anfitrião, seguido pelo casamento na igreja católica e termina com a cerimônia de *entrega da noiva* no dia seguinte<sup>29</sup>. No dia do casamento na igreja do casal de Pedro Leopoldo, dois fatos inesperados me deixaram intrigada durante boa parte do tempo e vou relatá-los aqui. Quando cheguei à paróquia onde seria realizado o casamento, suas portas ainda estavam fechadas e não avistei nenhum calon. Resolvi, então, ir à casa paroquial ao lado e indagar se era ali que aconteceria um casamento cigano. A mulher que me atendeu respondeu à minha pergunta dizendo que o que haveria ali seria um noivado cigano, não um casamento. Fiquei sem entender e com receio de ter errado o endereço da igreja. Minutos depois, ao chegarem os primeiros calons, contei a uma calin o que sucedera e ela me explicou que essa é uma situação comum, que pela “pouca idade” dos noivos (a noiva tinha 12 e o noivo 13 anos), o padre e a igreja geralmente não aceitam fazer o casamento, apenas o noivado. Mas, que, para os calons, aquela cerimônia “valia como casamento”. A fala do padre durante a cerimônia confirmou a explicação da calin sobre a questão do noivado. Ele repetiu diversas vezes “isso aqui não é casamento, é um noivado, pois os noivos não têm idade ainda para casar”. Eis o segundo fato que me desconcertou: quando os noivos entraram na igreja, estavam acompanhados de dois casais de adultos que eu não reconhecia. No entanto, de acordo com a fala do padre, aqueles seriam os pais dos noivos. Fiquei confusa, porque os pais me foram apresentados na festa do dia anterior e, definitivamente, não eram aqueles presentes ali! Foi preciso alguns dias e conversas posteriores com os calons para eu juntar todas as peças do quebra-cabeça e me dar conta do que havia sucedido: os casais que o padre chamara o tempo todo de “pais do noivo e da noiva” eram, na verdade, os seus respectivos padrinhos! Por isso, eu não os reconhecia. A explicação para essa troca me foi dada posteriormente por algumas calins: como o padre considerava aquilo um noivado, e não um casamento – pois a igreja o

---

<sup>27</sup> Bem como também “[...] convenções brasileiras, como a igreja, a música, a escola, ou qualquer outra” (CAMPOS, 2018, p. 98).

<sup>28</sup> A relação dos calons do São Gabriel com a religião é peculiar e múltipla, diferenciando-se de acordo com cada núcleo familiar. Apesar dos principais ritos cerimoniais calon acontecerem na igreja católica, isto parece se dar mais por uma questão de “tradição” do que por uma escolha religiosa. Muitos calons se dizem evangélicos e em situações cotidianas frequentam apenas este tipo de igreja. Alguns (poucos) também mencionam práticas de “benzeção”, o que mostra um cenário bastante múltiplo nas práticas religiosas. Aqui se expressa a facilidade com que os calons deslizam por entre diversas instituições brasileiras sem necessariamente se submeterem de forma total a elas, resignificando seus valores em detrimento dos seus próprios interesses e entendimentos (CAMPOS, 2016, p. 4-5).

<sup>29</sup> Para mais detalhes sobre o ciclo ritual do casamento calon, ver CAMPOS, Juliana M. Soares. **Casamento cigano**: produzindo parentes entre os Calons do São Gabriel. Dissertação (Mestrado em antropologia social). Belo Horizonte: UFMG, 2015.



proibiria de realizar um casamento de pessoas daquela idade –, em um noivado não há padrinhos, por isso ele os referia como pais. As calins me disseram que a maioria dos casamentos dos calons da região são assim: o padre chama a cerimônia de noivado, mas para os calons aquele rito possui o valor de um casamento. Os padrinhos então fazem os papéis de pais e, no caso que acompanhei, os pais verdadeiros nem mesmo foram à cerimônia, pois, como me explicaram: “dizem que dá azar os pais verdadeiros irem, o casal depois não vive”. Encaro aqui meus mal-entendidos como boas oportunidades novamente de pensar a experiência do equívoco como uma abertura para se perceber que, no encontro com o outro, não somos autorizados a pensar que temos, de antemão, os significados das coisas. O episódio do casamento é um bom exemplo de como eles se utilizam das convenções brasileiras, inventando seu próprio modo de lidar com elas e ressignificá-las. No noivado que se passa pelo casamento, eles subvertem os dogmas e rituais da igreja católica para uma lógica própria calon sem sentir desconforto com isso, precisamente porque, mesmo utilizando instituições brasileiras, sua política não deixa de ser outra. Mas isso, porém, não anula as possibilidades de sobreposição e convivência entre modos de existência aparentemente contraditórios (CAMPOS, 2018, p. 98-100, grifo da autora).

A dita pesquisadora (CAMPOS, 2018, p. 100) arremata sua análise dizendo:

Assim, ao mesmo tempo em que os calons não criam instâncias que os separam completamente dos gajons, inserindo as instituições brasileiras como parte dos seus rituais, eles atravessam suas configurações, de modo próprio, criando suas próprias regras e lógicas, sua própria política.

As averiguações exibidas no decorrer dessa discussão revelam que os ciganos como um todo, ainda têm muito a percorrer, no que concerne à conquista e consolidação de seus direitos na sociedade brasileira. Os ciganos devem se consciencializar que “esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”<sup>30</sup>. Em outras palavras, cabe a eles, a despeito de qualquer rivalidade que possa haver entre si, colocar as diferenças de lado e se mobilizar enquanto povo, respeitando sua multiplicidade cultural para se fazer ouvir pelo poder público, seja municipal, estadual ou federal. Nem as autoridades governamentais nem os não-ciganos (com alguma ressalva) farão isso por eles, pois somente eles conhecem suas demandas e seus desafios. Por mais improvável que possa parecer, no fundo são iguais em suas diferenças.

Quanto aos Calons do bairro São Gabriel, grupo considerado nesta pesquisa, são dignos de admiração pela sua capacidade para driblar as dificuldades impostas por anos de abandono por parte do poder público, do preconceito e hostilidade da sociedade belorizontina (salvo poucas exceções). Sua sagacidade para sobreviver num ambiente adverso acaba resultando no fortalecimento sua cultura e identidade enquanto grupo e os laços comunitários, sendo este último, um aspecto que a sociedade atual precisa recuperar, uma vez que é por demais individualista. A habilidade com que se utilizam

---

<sup>30</sup> Trecho da música “Pra não dizer que não falei das flores”, composta por Geraldo Vandré em 1968.

de subterfúgios para ressignificar elementos alheios a suas tradições colocando-os a serviço dela, é muito interessante. Confesso que me incomoda o papel da mulher na dita comunidade Calon, que se restringi a cuidar do lar e dos filhos, não vou negar, contudo tenho ciência de que é preciso respeitar sua organização social, por mais que discorde dela. Quem sou eu para definir o que é melhor ou mais adequado para eles? Uma coisa que quero destacar acerca deles é o seu processo de ensino e aprendizagem ligado à prática, o que dá sentido a seus saberes. É uma concepção que deveria ser aplicada na educação formal, pois formaria cidadãos mais atentos ao mundo a sua volta e, por que não dizer, melhor preparados para lidar com as dificuldades que certamente encontrarão na vida e que não são poucas.

## REFERÊNCIAS

- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782002000100003&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782002000100003&script=sci_arttext). Acesso em: 18 mai. 2020.
- CAMPOS, Juliana Miranda Soares. Notas sobre as relações entre Calons e gajons em Belo Horizonte (MG). **Áltera - Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 83-106, jul. / dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/39555/21846>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- CAMPOS, Juliana Soares. Casamento e produção de parentes entre os Calons do São Gabriel (Belo Horizonte, MG). *In: 30 - RBA - POLÍTICAS DA ANTROPOLOGIA: ÉTICA, DIVERSIDADE E CONFLITOS.*, 2016, João Pessoa. 30 - RBA - Políticas da Antropologia: ética, diversidade e conflitos, 2016. Disponível em: [http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1466441952\\_ARQUIVO\\_PAPER\\_ABA\\_FIN\\_ALIZADO.pdf](http://evento.abant.org.br/rba/30rba/files/1466441952_ARQUIVO_PAPER_ABA_FIN_ALIZADO.pdf). Acesso em: 4 jun. 2020.
- CAIRUS, Brigitte Grossmann. A construção das identidades ciganas no Brasil. **Revista USP**, n. 117, abr./maio/jun. 2018. Disponível em: <http://jornal.usp.br/especial/revista-usp-117-copas-do-mundo/>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- HILKNER, Regiane Aparecida Rossi. **Ciganos: Peregrinos do Tempo - Ritual, Cultura e Tradição**, 2008, 246p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008. Disponível em: [https://www.livrosgratis.com.br/download\\_livro\\_95928/ciganos\\_peregrinos\\_do\\_tempo\\_-\\_ritual\\_cultura\\_e\\_tradicao](https://www.livrosgratis.com.br/download_livro_95928/ciganos_peregrinos_do_tempo_-_ritual_cultura_e_tradicao). Acesso em: 15 abr. 2020.
- MANCILHA, Eduardo Costa de **Educando os não ciganos: práticas educacionais e relações de gênero nos Calon, de São Gabriel, Belo Horizonte**. *In: AS REUNIÕES DE ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE - ABANNE: Direitos diferenciados, conflitos e produção e produção de conhecimento*, 2015, Maceió/Alagoas. Educando os não ciganos: práticas educacionais e relações de gênero nos Calon, de São Gabriel, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts\\_download/Eduardo%20Costa%20de%20Mancilha%20-%201020177%20-%20204251%20-%20corrigido.pdf](http://www.evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Eduardo%20Costa%20de%20Mancilha%20-%201020177%20-%20204251%20-%20corrigido.pdf). Acesso em: 5 jun. 2020.
- MOONEN, Frans. **Políticas ciganas no Brasil e na Europa: subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil**. 2. ed. Recife: Núcleo de Estudos Cigano, 2013. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-comunidades-tradicionais/ciganos/fmo\\_2013\\_politicasciganasbrasileuropa.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-comunidades-tradicionais/ciganos/fmo_2013_politicasciganasbrasileuropa.pdf). Acesso em: 6 mai. 2020.
- SILVA JÚNIOR, Aluizio de Azevedo. **A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon**, 2009, 267p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2009.

Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=149158](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=149158). Acesso em: 10 abr. 2020.

SIMÕES, Sílvia Régia de Freitas. **Ciganos: Perspectivas e Desafios Emergidos na Busca por Direitos Fundamentais**. Anais do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/silvia\\_simoes.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/silvia_simoes.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008. Livro Digital. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a\\_pdf/rct\\_historiaciganosbrasil2008.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/rct_historiaciganosbrasil2008.pdf). Acesso em: 30 maio 2020.

THOMAZ, Omar Ribeiro. A Antropologia e o mundo contemporâneo: cultura e diversidade. *In*: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/49783636/THOMAZ-Omar-Ribeiro-A-Antropologia-e-o-mundo-contemporaneo-cultura-e-diversidade>. Acesso em: 1 mar. 2020.